

Sociologia das ausências e das emergências na análise teórico-epistemológica de uma política pública participativa

Adriane Vieira Ferrarini

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (BRA)

As últimas décadas têm sido marcadas por transformações sem precedentes na ciência e na sociedade. No âmbito das políticas, os tradicionais formatos setoriais, fragmentados e verticalizados de programas sociais e serviços, dão mostras de esgotamento em sua eficiência e efetividade. No Brasil, graduais mudanças no sentido da democratização e universalização da política pública tiveram início a partir da Constituição Federal de 1988. Na primeira década e meia deste século, sob governos populares, houve significativa ampliação de políticas inclusivas, as quais expressaram amadurecimento em seus fundamentos e

procedimentos participativos. Contudo, a materialização de princípios democráticos não acontece de forma espontânea. Exercícios de cidadania ativa – preconizados em textos constitucionais – desafiam gestores e profissionais a novas lógicas, valores e vivências, que, por sua vez, requerem planejamento e capacitação.

Tal desafio motivou a realização desta pesquisa sobre uma política pública que se diferenciou por adotar o desenvolvimento local integrado e sustentável como perspectiva metodológica, permitindo uma radicalização do seu caráter participativo. O objeto empírico foi o Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas (PIRAD), desenvolvido pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) no Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Sociedade de Cooperação Alemã (GTZ) e a Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobras (Refap), no período de 1999 a 2002, em três grandes regiões ligadas a sub-bacias de arroios em áreas ambientalmente degradadas e onze municípios no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

A pesquisa foi realizada através de análise documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas com técnicos e beneficiários, bem como estudo de caso, numa das comunidades envolvidas (o Bairro Guajuviras, no município de Canoas-RS). O PIRAD teve a duração de um governo (1999 e 2002), mas mantém-se emblemático e atual em função das inovações propostas e implementadas. Ainda que outros programas tenham se inspirado em perspectivas de desenvolvimento local (a exemplo do Brasil Local e Territórios da Paz), eles não preconizavam a implementação integral das metodologias participativas e o estabelecimento do processo de cogestão da política com a população envolvida.

Teoricamente, o campo de estudos sobre movimentos e alternativas sociais de enfrentamento a expressões da questão social até a década de 1980, no Brasil, revela a externalidade da atuação da sociedade civil em relação à política institucional. A partir da redemocratização do país, em meados de década de 1980, o envolvimento da sociedade na implementação de políticas públicas, o

acesso a recursos governamentais diversos ou a ocupação de posições diretamente no interior do aparelho do Estado passam a demandar de pesquisadores uma concepção teórica que considere padrões e níveis de inclusão e de exclusão na relação entre Estado e sociedade civil (SILVA e OLIVEIRA, 2011).

Esforços também vêm sendo feitos no sentido de atualização de referenciais da teoria crítica, com ênfase nas novas compreensões acerca da emancipação social na contemporaneidade. Surge a necessidade de reconhecimento e de valorização da dimensão subjetiva ou imaterial nas lutas sociais, marcadas pela crescente evidência e impacto de determinantes culturais, religiosos, étnicos, políticos e cognitivos. Com isso, a teoria crítica é requisitada a fornecer interpretações mais complexas e plurais, contribuindo para a compreensão dos projetos e processos emancipatórios no âmbito da sociedade civil e do Estado (SANTOS, 2000; TOURAINÉ, 1998).

A sociologia das ausências e das emergências é um referencial do campo da teoria crítica contemporânea que evidencia processos imateriais e saberes, presentes tanto na desigualdade social quanto nas alternativas de sua superação, porém invisibilizados e silenciados pela imposição colonial do pensamento ocidental. Análises dos impactos de políticas em contextos de pobreza costumam enfatizar a melhoria de renda e mesmo indicadores de aumento da escolaridade, acesso à saúde, dentre outros. A abordagem utilizada nesta pesquisa considera, em conjunto com tais aquisições, processos participativos como meio e a participação cidadã como finalidade da política. Processos participativos de alta intensidade reconhecem e valorizam os múltiplos saberes presentes no território, fazendo emergir a dimensão epistemológica indissociável – porém não raras vezes implícita – das práticas sociais e da política pública.

Este artigo tem por objetivo a análise da referida política participativa e integrada através do referencial teórico-epistemológico da sociologia das ausências e das emergências. Não se trata de uma teoria nova, visto ter sido publicizada por Boaventura de Sousa Santos desde 2003, tendo sido

posteriormente disseminada em artigos do autor e desdobrada em posteriores reflexões sobre "epistemologias do sul" – como o autor denominou (SANTOS, 2008, 2010; SANTOS e MENESES, 2016). Ademais, há no Brasil outras publicações ancoradas na sociologia das ausências e das emergências (VERONESE, 2005; RODRIGUES, 2007; GUARESCHI e VERONESE, 2009; GOMES, 2011). Contudo, este texto tem a singularidade de apresentar a teoria de forma pormenorizada e, principalmente, de demonstrar a sua efetiva aplicação na pesquisa, evidenciando os resultados teórico-empíricos alcançados.

Ainda que se considerem as referidas virtudes do PIRAD e as possibilidades de sua reaplicação, este texto não focará na sua descrição e análise, algo feito em estudos pregressos (FERRARINI e CATTANI, 2010; FERRARINI, 2012). Neste artigo, o PIRAD terá a função primordial de propiciar a compreensão do processo de interpretação dos dados através da sociologia das ausências e das emergências e o potencial desse referencial teórico-epistemológico para futuras pesquisas.

Sociologia das ausências e das emergências

A teoria crítica surge como contraponto à perspectiva cartesiano-positivista de naturalização das estruturas sociais, cuja consequência no âmbito político foi a legitimação de posicionamentos reacionários e práticas conservadoras. Alicerçada em fundamentos marxianos que concebem o ser humano como produtor das formas históricas de vida individual e social, a teoria crítica relacionou o funcionamento da sociedade à formação de classes sociais (e a emancipação social à superação da desigualdade entre as classes). Se, por um lado, não restam dúvidas a respeito da validade desses fundamentos históricos da vida social; por outro, a realidade social contemporânea requisita sua revisão e ampliação.

O último século tem sido um período marcado por inúmeras experiências com intencionalidade emancipatória, cuja riqueza social está sendo desperdiçada

em termos de efetivação das mudanças sociais e da aprendizagem que se podem obter a partir delas. Para Santos (2001), é desse desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim. O autor atribui ao exclusivismo epistemológico da ciência moderna a responsabilidade por esconder ou desacreditar as alternativas, visto que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que aquilo que a tradição científica e filosófica ocidental conhece e valida. Para combater o desperdício, não basta propor outro tipo de ciência social, mas um modelo diferente de racionalidade capaz de repensar a emancipação social na contemporaneidade, sistematizada por Santos (2000) através da teoria crítica pós-moderna de oposição¹, que posteriormente ele definirá como pós-colonialista (2016).

A inclusão da dimensão epistemológica é proposta para a superação de lacunas causadas pelo determinismo, materialismo e objetivismo predominantes na teoria crítica moderna, que se refletem tanto na compreensão e atualização teóricas quanto no conceito de questão social e de emancipação. Submeter a concepção de questão social ao debate epistemológico contemporâneo significou a afirmação de que a questão social possui dupla dimensão. À dimensão societária tradicionalmente analisada pelos teóricos críticos – expressa pelo próprio capitalismo através da desigualdade na relação entre classes (capital e trabalho) – a dimensão epistemológica é acrescentada – expressa pelo colonialismo através da relação entre Norte e Sul (SANTOS, 2001).

O colonialismo é responsável pela imposição da ciência moderna como único conhecimento válido e pela dizimação de outros saberes e culturas que passam a ser considerados marginais, locais, selvagens ou primitivos e, portanto, não credíveis. Ambas as dimensões da questão social encontram-se

¹ Santos (2001) distinguiu a pós-modernidade celebratória (que afirma o fim da história e a desconstituição de estruturas) da pós-modernidade de oposição (que considera a permanência dos ideais da modernidade e das estruturas, mas entende que isso exige redefinições que não podem ser abarcadas pelo paradigma da modernidade).

profundamente articuladas. No entanto, a ênfase à dimensão epistemológica na teoria crítica se deve ao fato de ter sido negligenciada por conta do materialismo reinante na modernidade – que, ao final, acaba paradoxalmente por enfraquecer a própria experiência concreta (SANTOS, 2003).

O pós-colonialismo de Santos (2000, 2016) propõe que todo o conhecimento crítico deve começar pela crítica do conhecimento a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada na modernidade: a da emancipação social. Trata-se do chamado conhecimento-emancipação, também designado por solidariedade ou conhecimento-reconhecimento.

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem que é difícil imaginar um conhecimento que funcione pelo princípio da solidariedade. É o desafio, não devemos nos contentar com um pensamento de alternativas, mas um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2000, p. 30).

O ponto central do conhecimento-emancipação é não aspirar a uma grande teoria, mas a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias – todas finitas e incompletas, apenas sustentáveis quando articuladas em rede. A subjetividade emergente conhece a si mesma e ao mundo através do conhecimento-emancipação, que lhe possibilita conceber e desejar alternativas sociais. O ponto de ignorância do conhecimento-emancipação se designa por colonialismo, ou seja: é o não reconhecimento do outro como sujeito do saber.

Para Santos (2000), a opção pelo conhecimento-emancipação apresenta três implicações. A primeira é a transição do mono para o multiculturalismo através do reconhecimento de outras culturas e modos de pensar e viver.

A questão é, pois: como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis? Em outras palavras, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar? (SANTOS, 2000, p.30).

A segunda é a transição da peritagem heroica ao conhecimento edificante, numa ruptura com a validação, aplicação e operacionalidade técnica do conhecimento independentemente das condições que o tornaram possível através de um processo designado como “falsa equivalência de escalas” (SANTOS, 2000).

Dado que a ciência moderna desenvolveu uma enorme capacidade de agir, mas não desenvolveu uma correspondente capacidade de prever, as consequências de uma ação científica tendem a ser menos científicas do que a ação científica em si mesma. Esse desequilíbrio e a falsa equivalência de escalas que o oculta tornam possível o heroísmo técnico do cientista (SANTOS, 2000, p. 31).

Não se trata de negar a profissionalização do conhecimento: ela é indispensável quando o conhecimento é aplicado de forma partilhada. Essa corresponsabilização contém na sua base um compromisso ético que se expressa em formas participativas e democráticas de colocar o conhecimento técnico a serviço da população e, com ela, construir e reconstruir práticas sociais.

A terceira é a transição da ação conformista à ação rebelde. A dicotomia entre estrutura e ação, apesar de útil, foi absorvida pelo campo epistemológico do conhecimento-regulação e se transformou predominantemente no debate sobre a ordem em vez do debate sobre a solidariedade.

Pautado nas transições necessárias para a construção do conhecimento-emancipação, Santos afirma que, na contemporaneidade, a ideia de emancipação social não se extingue; ao contrário, se pluraliza. A emancipação passa a ser revista à luz das transições na sociedade e na ciência e, ao invés de se falar em emancipação, pode-se falar em emancipações. Em primeiro lugar, porque a emancipação não possui princípio único de transformação social, não há agentes históricos únicos nem uma única forma de dominação e as faces negligenciadas da opressão são múltiplas, não sendo possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Hoje, a luta social é múltipla, plural, pulverizada em centenas de diferentes causas (inclusão de múltiplas expressões da questão social secundarizadas no projeto emancipatório moderno) e globalizada. Em segundo lugar, a industrialização não é necessariamente o motor do progresso, pois se assenta numa concepção retrógrada de utilização da natureza que leva à sua degradação. Além disso, o bem-estar das populações não depende da riqueza, mas da sua distribuição (SANTOS, 2001).

O conhecimento-emancipação é construído através de três procedimentos analíticos que contribuem para a desconstrução da racionalidade hegemônica e possibilitam a construção de alternativas emancipatórias: sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução. A ampliação do mundo e a dilatação do presente começam pela sociologia das ausências, investigação que visa demonstrar que o inexistente é ativamente produzido e alterar objetos impossíveis em possíveis para, com base neles, transformar ausências em presenças. A sociologia das ausências parte da desconstrução da razão metonímica, que concebe a totalidade a partir de um princípio de ordem e afirma a homogeneidade entre o todo e as partes, sendo a mesma governada por uma só lógica. Apesar de desacreditada, a razão metonímica é dominante. Sob o véu da totalidade, as partes são ocultadas e ocorre uma contração do presente, ou seja: esconde-se a maior parte da riqueza inesgotável da experiência social do mundo. Há muitas maneiras de “não existir”; há múltiplas lógicas e processos através dos quais a razão metonímica produz a não existência. Por isso, a crítica da razão metonímica é condição necessária para recuperar a experiência desperdiçada (SANTOS, 2003).

A dilatação do presente – formulada por autores literários como, por exemplo, Franz Kafka – é aplicada à sociologia através de dois procedimentos: o primeiro consiste na proliferação das totalidades (não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades); o segundo, em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a contém têm vida própria fora dela. Em outras palavras, Santos (2003) propõe pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem para revelar outras relações alternativas que têm sido ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (SANTOS, 2003, p. 743).

A sociologia das ausências se desenvolve através da desconstrução de cinco lógicas ou monoculturas, às quais correspondem a construção ou identificação do

que se encontra invisibilizado e que se expressa através de cinco ecologias, respectivamente.

LÓGICAS OU MONOCULTURAS	SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS
<p>Saber e rigor do saber: Ciência moderna como critério único e melhor. Tudo aquilo que o cânone da ciência moderna não legitima ou reconhece é considerado inexistente.</p> <p>A não existência assume a forma de ignorância.</p>	<p>Ecologia dos saberes: Há outros saberes e critérios de rigor que operam em contextos e práticas declarados não existentes, o que dá credibilidade para participar de debates epistemológicos com saberes científicos. Não há ignorância em geral nem saber em geral.</p> <p>Sociologia das ausências: institui princípio de incompletude em todos os saberes, cujo confronto e diálogo entre processos transformam práticas diferentemente ignorantes em diferentemente sábias.</p>
<p>Tempo linear: A história tem sentido e direção únicos e conhecidos e os países centrais estão na frente do tempo.</p> <p>A não existência é algo assimétrico com o que é avançado, considerado atrasado e denominado como tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto ou subdesenvolvido.</p>	<p>Ecologia das temporalidades: O tempo linear nunca eliminou outras concepções, como o tempo circular (ou idéia da espiral, do eterno retorno). Experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas do tempo linear (passam de forma fugaz).</p> <p>Sociologia das ausências: restitui temporalidade própria das práticas sociais e possibilidade de desenvolvimento autônomo. Coisas aparentemente anacrônicas (tradições e técnicas antigas) podem ser validadas frente a novas tecnologias.</p>
<p>Classificação social: Assenta-se na naturalização das diferenças e consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são mais salientes, pois na relação capital/trabalho é negada a intencionalidade (dominação é</p>	<p>Ecologia dos reconhecimentos: Essa lógica incide prioritariamente sobre os agentes (apesar de que as outras também o fazem) e posteriormente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. A colonialidade determina quem é igual e quem é diferente.</p>

<p>conseqüência e não causa).</p> <p>A não existência assume a forma de inferioridade.</p>	<p>Sociologia das ausências: procura nova articulação entre os princípios de igualdade e diferença e abre espaço para diferenças feitas por reconhecimentos mútuos. Diferenças não devem desaparecer.</p>
<p>Escala dominante: Aparece sob duas formas, universal (realidade ou entidade que precede e vigora independentemente de contextos específicos) e global (que alarga por todo o globo e designa entidades locais como rivais, com importância sem precedentes).</p> <p>A não existência é produzida sob a forma do local e do particular, escalas não creíveis como alternativas.</p>	<p>Ecologia das transescalas: Recuperação daquilo que no local não é efeito da globalização hegemônica e exige que o local seja conceitualmente desglobalizado. O que foi integrado é designado como globalismo localizado.</p> <p>Sociologia das ausências: explora a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica, ou seja, a desglobalização do local e sua eventual reglobalização contra-hegemônica. Exige imaginação cartográfica para ver o que cada escala mostra e o que oculta para lidar com mapas cognitivos que operam com diferentes escalas e para detectar as articulações locais/globais.</p>
<p>Lógica produtivista: Questiona critérios de produtividade capitalista e de crescimento como objetivo racional inexorável. Aplica-se à natureza (maximamente fértil num ciclo de produção) e ao trabalho (maximização da geração de lucros).</p> <p>A não existência assume a forma de improdutivo que, aplicado ao trabalho, é preguiça e, à natureza, é infertilidade.</p>	<p>Ecologia de produtividade: Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, organizações econômicas populares, cooperativas, empresas autogeridas e economia solidária, as quais a ortodoxia produtivista capitalista ocultou. Questiona o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico e a primazia da acumulação sobre distribuição.</p> <p>Sociologia das ausências: visa reconstruir as formas alternativas de produção para além da relação de subalternidade.</p>

Tabela 1 - Quadro conceitual da sociologia das ausências, elaborado pela autora a partir de Santos (2003).

Posteriormente, a sociologia das emergências é o procedimento que visa à contração do futuro como superação linear, automática e infinita do presente, sob

a forma de planificação da história e domínio da natureza. A crítica da razão proléptica permite contrair o futuro, torná-lo escasso e passível de cuidado. Com isso, em vez de estar condenado, o futuro se transforma em fator de ampliação do presente, “um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente, utópicas e realistas, que se vão construindo no presente” (SANTOS, 2003, p. 751).

O conceito que precede é o “ainda não”, proposto por Ernest Block, categoria complexa porque não se refere à falta, mas exprime o que existe apenas como tendência ou movimento latente. O “ainda não” é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata; é capacidade (potência) e possibilidade (potencialidade) que levam a mudança a incluir o componente de incerteza e de acaso e remete a não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece.

Construído a partir da sociologia das emergências, o futuro é possível, mas incerto; porque, se por um lado, é impossível blindar a esperança contra a frustração; por outro, é necessário maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração reinante ao pensar a emancipação social na sociedade contemporânea. As expectativas modernas eram grandiosas (falsamente infinitas e universais) e justificaram mortes e destruições em nome de uma redenção vindoura. Na sociologia das emergências, as expectativas são contextuais e têm os seguintes campos sociais como fundamentais para a revelação da sua multiplicidade e diversidade:

SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS:
Experiências de conhecimento: Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimentos (tecnologia e conhecimentos indígenas, medicina moderna e tradicional, agricultura industrial e sustentável, conhecimentos técnicos e leigos).
Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção: Conflitos e diálogos possíveis entre todas as diferentes formas e modos de produção (ecofeministas e gandhianas, populares, cooperativas, microcrédito, formas redistributivas, comércio justo e etc.).
Experiências de reconhecimento: Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes sistemas de classificação social (capitalismo, racismo, sexismo e xenofobia, multiculturalismo, discriminação positiva e cidadania pós-nacional e cultural).
Experiências de democracia: Conflitos e diálogos possíveis entre o modelo hegemônico (democracia representativa liberal) e o modelo emergente (democracia participativa).
Experiências de comunicação: Conflitos e diálogos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação entre fluxos e meios de comunicação globais e as redes e mídias independentes.

Tabela 2 - Quadro conceitual da sociologia das emergências, elaborado pela autora a partir de Santos (2003).

Por último, o trabalho de tradução objetiva a criação de um consenso transcultural – ele não atribui estatuto de totalidade a quaisquer experiências e permite ver o subalterno tanto dentro quanto fora da relação de subalternidade. Esse procedimento sociológico busca responder à seguinte questão: qual é a alternativa à teoria geral? Em vez de propor outra teoria geral, ele visa criar inteligibilidade entre práticas e saberes diferenciados para a ampliação da capacidade de articulação em redes contra-hegemônicas (SANTOS, 2003, 2016).

Para tanto, há dois tipos de traduções: de saberes e de práticas. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica, consistindo no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações isomórficas. Parte da ideia de que todas as culturas são relativas, o que não significa adotar o relativismo como atitude filosófica. A tradução entre práticas sociais e seus agentes visa criar inteligibilidade específica entre formas de organização e objetivos da ação. Ela ocorre em meio ao aumento de experiências que a sociologia das ausências e das emergências permite captar, sem que haja um princípio único de transformação social. Portanto, é através da inteligibilidade que se pode construir alianças, pois o trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os movimentos e práticas. “Os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação a partir de baixo, alternativa possível para uma agregação a partir de cima imposta por uma grande teoria ou por um ator social privilegiado” (SANTOS, 2003, p.763). A tradução é simultaneamente um trabalho intelectual, político e emocional porque pressupõe um inconformismo com determinada prática e porque se assenta na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência.

Nesta pesquisa, a escolha do referencial epistemológico-teórico da sociologia das ausências e das emergências, para interpretação e análise dos dados empíricos, deveu-se ao seu potencial de permitir a identificação de possíveis sínteses construídas a partir da interação entre os diferentes saberes e práticas de técnicos e da população envolvida. Tal interação foi possível graças ao caráter metodológico radicalmente participativo da política pública pesquisada.

Política pública participativa: uma metodologia inovadora

Inicialmente, a produção de dados se deu através de pesquisa documental na Metroplan, organização regional responsável pela execução do PIRAD. Os técnicos disponibilizaram relatórios a partir dos quais foi possível fazer um levantamento acerca da história, concepções norteadoras, implementação e

avaliação do Programa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com oito técnicos e gestores das três organizações envolvidas. Três técnicos eram funcionários públicos ligados à Metroplan e cinco foram contratados como agentes locais ou gestores da GTZ, devido à sua qualificação técnica e participação em experiências anteriores de processos participativos. Por último, foi realizado um estudo de caso no Bairro Guajuviras – situado no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre – através de observação participante e da realização de entrevistas com cinco moradores do bairro que participaram ativamente das etapas do PIRAD. A pesquisa empírica foi realizada no período de 2003 a 2006. O Programa perdurou por apenas quatro anos, mas foi herdeiro do debate e de experiências acumuladas pela GTZ no RS ao longo de mais de dez anos – o que lhe possibilitou desenvolver características e métodos ainda inovadores.

O primeiro eixo do PIRAD priorizou a participação popular, a fim de possibilitar à população envolvida passar de objeto a sujeito da política pública. O trabalho nos projetos foi pautado pela ampliação da capacidade de autogestão das comunidades; os conselhos ou fóruns comunitários/municipais foram fortalecidos como instâncias de participação ativa da população e foi necessário viabilizar a formação de parcerias entre setor público e terceiro setor. Técnicos de diferentes áreas identificaram a importância de capacitar lideranças para o desenvolvimento do trabalho comunitário com a perspectiva de se tornarem multiplicadoras. Para tanto, eles adotaram os fundamentos e métodos do desenvolvimento local integrado e sustentável. “Foi o maior salto [...] Não se queria iniciar o processo pelas ações, mas pelo ser humano, para tirar propostas coletivas e participativas, não individuais. Em primeiro lugar estava a formação deles, formá-los na importância do trabalho deles para a comunidade” (TÉCNICO 6).

O segundo eixo buscou a complementaridade do enfoque produtivo nas ações sociais, através de atividades autogestionárias de trabalho e renda que possibilitaram uma melhoria sustentável das condições de vida das famílias envolvidas. As áreas de intervenção caracterizam-se pela alta densidade

populacional, baixa renda, carência de saneamento básico e de serviços públicos em geral – com áreas de risco ocupadas e áreas verdes naturais devastadas. A água é o recurso natural que primeiro recebe o impacto dessa ocupação desordenada do espaço territorial.

No lugar de trabalhar em certas vilas, escolhidas como áreas-piloto, a METROPLAN passou a atuar em sub-bacias que se caracterizam pelo acúmulo de problemas urbanísticos e população de baixa renda. Estas microrregiões representam um novo desafio para a metodologia participativa, tendo em vista o número elevado de moradores e a necessidade de estruturar um processo participativo de discussão sobre as prioridades para o desenvolvimento local, a construção de parceria e a gerências das atividades (BARTH E BROSE, 2002, p.69).

A organização comunitária foi definida como condição básica para a sustentabilidade do desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico ao longo do desenvolvimento e da implementação dos projetos. Para tanto, foi feita a identificação, nucleação e capacitação de lideranças comunitárias, constituição de comitê gestor local, realização de diagnóstico participativo, definição de prioridades, busca de recursos em parceria e execução dos projetos. Na fala de técnicos do PIRAD estava presente a ideia de que “não adianta fazer pela comunidade ou entregar pronto, os serviços e obras da política pública devem servir como pretextos pedagógicos para a participação e organização popular”. Essa ideia pareceu central e foi percebida também na fala dos moradores e nos resultados do projeto; apesar do curto tempo em que foi executado, ficaram obras planejadas pela população envolvida, captando e gerindo recursos através do orçamento participativo estadual, além da criação de outros empreendimentos nos anos posteriores ao término do PIRAD a partir da organização comunitária instaurada naquela época – e ainda hoje atuantes.

A análise teórico-empírica da experiência à luz da sociologia das ausências e das emergências deu-se a partir da desconstrução de cada monocultura no âmbito da política pesquisada e, posteriormente, na identificação de evidências de sínteses multiculturais ou “ecologias”, conforme propõe o referencial utilizado. No campo dos saberes, a monocultura consistiu no fato de que os técnicos eram

considerados *experts* na área ambiental, conheciam objetivamente a realidade e podiam definir o que deveria ser feito; eles agiam, na realidade, através da manipulação de técnicas e seu envolvimento era controlado. A ecologia dos saberes foi identificada a partir do momento em que os técnicos, através da sensibilização gerada pela interação com a metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentável, reconheceram que as pessoas que vivem no território conhecem melhor do que ninguém a sua realidade. Tais técnicos admitiram o seu desconhecimento acerca do que as comunidades necessitavam e da necessidade de provê-las de competências para identificarem suas próprias necessidades e trabalharem em conjunto com os técnicos. A primeira mudança efetiva ocorreu nos procedimentos de diagnóstico, que passaram a ser realizados pelos próprios moradores através de visitas, entrevistas e registros fotográficos do território – técnica denominada “mapa falante”. Os moradores da comunidade conseguiram, com mais facilidade do que teriam os técnicos, fazer as adaptações nos procedimentos para que a população mais excluída pudesse compreender e se sensibilizar acerca dos objetivos do programa, ampliando a participação e a abrangência das ações.

Isso não significa que a população envolvida passe a prescindir dos técnicos, mas que eles submetem seu saber, glórias, métodos, técnicas e sua inserção social a uma profunda crítica dos organismos aos quais pertencem e de sua ligação com o saber hegemônico. “Estes especialistas são verdadeiramente especiais; a eles é delegado um saber que foi produzido em estreita colaboração com os diretamente interessados nos benefícios de suas aplicações” (BAREMBLITT, 1996, p. 43). Os técnicos passaram a ser vistos de outra forma pela comunidade, com desconstituição da visão do profissional distante, formal e frio, cuja fala é de difícil entendimento para alguém próximo e parceiro no projeto. O compromisso ético, o envolvimento com a população e a identificação pessoal com a causa foram elementos referidos pelos técnicos. “O mais importante é na ponta: o que me interessa mesmo é a quem estou servindo. Se me

dedico a trabalhar com comunidade de baixa renda (...) tenho que lembrar que tenho meus interesses, mas este é o meu público” (TÉCNICO 9).

A monocultura da classificação social se expressou nesse caso através da representação que a mídia, a sociedade em geral e muitos moradores fazem de si mesmos como pobres, incapazes, inferiores, preguiçosos ou violentos. A ecologia dos reconhecimentos ocorreu inicialmente entre as lideranças comunitárias com outros moradores da comunidade. A comunidade reproduz estigmas, relações de poder e guetos em sua estrutura e funcionamento. Com a pesquisa, foi possível constatar que todo o reconhecimento começa pelo autorreconhecimento, pelo resgate ou construção de sua própria identidade e autoestima, pelo ato de conhecer sua história, ter orgulho das raízes culturais e valorizar suas conquistas. O diagnóstico participativo realizado pelos moradores permitiu-lhes romper com classificações sociais prévias. Exemplo disso ocorreu quando as lideranças, no processo de diagnóstico, foram entrevistar moradores e fotografar “a periferia da periferia” no seu território.

A gente fez um mapa falante e viu que ainda têm áreas muito precárias, as pessoas têm necessidades mesmo e têm dificuldades de se deslocarem de lá também. Às vezes, pela própria dificuldade, eles ficam acomodados e, como a sociedade, ela pensa mais no paternalismo, nas doações. Então tem que ter um modo que as pessoas possam ter uma melhor educação para poder viver, nem digo sobreviver, porque tem que viver mesmo, né, não é sobrevivência, não (MORADORA 1).

Essa moradora relatou que costumava julgar alguns vizinhos pela sua apatia e, ao ver de forma mais aprofundada as condições em que eles viviam, passou “a olhar com outros olhos”. A partir de descobertas como essa é que o comitê gestor local, posteriormente, definiu a geração de renda como uma prioridade. Outro exemplo foi o processo desencadeado pelas trabalhadoras do galpão de reciclagem – uma das conquistas da comunidade ao longo do PIRAD. No início, elas eram vistas pela comunidade de forma preconceituosa, chamadas de lixeiras ou papelleiras. Hoje as pessoas as reconhecem como recicladoras e educadoras ambientais. Com o PIRAD, os moradores foram estimulados a registrar suas ações através de relatos, fotos e filmagens, que foi uma forma de

valorização da história local e de suas datas comemorativas. É uma comunidade com história e recursos políticos sócio-organizativos, pois as pessoas viviam em área invadida e que foi regularizada graças a várias mobilizações. Além disso, o Bairro Guajuviras, que carrega o estigma social de ser a comunidade mais violenta do Estado do RS, reforçou uma imagem positiva através da divulgação dessas conquistas e inovações.

A monocultura do tempo linear, do ponto de vista da comunidade, manifestou-se através da sua concepção como atrasada, com práticas retrógradas e místicas, necessitando de atualização e progresso. Do ponto de vista da política pública, a monocultura se relaciona com o tempo pré-definido dos projetos, com a linearidade das etapas de execução e com a previsibilidade dos resultados. A ecologia das temporalidades permitiu identificar, por exemplo, que práticas consideradas anacrônicas, como receitas caseiras e da medicina popular, foram resgatadas para a elaboração de medicamentos e de complementação alimentar para crianças desnutridas, num trabalho desenvolvido em parceria com lideranças que participaram do PIRAD e que também exerciam atividades na Pastoral da Criança². A implantação do clube de trocas com moeda social é outro destaque, pois é uma prática de economia solidária que surge a partir da antiga noção de escambo, tendo possivelmente sido a inovação que maior visibilidade conferiu ao bairro nesse programa.

Quanto à política pública, houve a percepção de que o tempo dos resultados não se conforma ao tempo dos programas, quando esses possuem intencionalidade e instrumentalidade voltadas à emancipação social. Por um lado, o limite do tempo de duração do Programa imposto pela troca de governo impediu a ampliação e consolidação de muitos processos. “A grande maioria das comunidades não se manteve porque o Programa terminou quando estava no ponto bom de trabalho” (TÉCNICO 5). Por outro lado, muitas obras foram

² Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconhecida como uma das mais importantes organizações em todo o mundo a trabalhar em ações de combate à mortalidade infantil e melhoria da qualidade de vida das crianças e suas famílias, cujo trabalho foi amplamente desenvolvido e difundido pela médica sanitária brasileira Zilda Arns, morta no Haiti no ano de 2010. É uma instituição comunitária com grande capilaridade nas periferias do Brasil.

executadas depois do término do PIRAD e a maioria das ações instauradas naquela época permaneceram ou avançaram. “Não tem solução para o RS ou para cidades em quatro anos. Para buscar soluções para as comunidades, primeiro, tem que ter o tema da integralidade e, segundo, tem que planejar mesmo para vinte anos, senão não tem saída” (TÉCNICO 3).

Destaca-se também a consciência do tempo dos processos, ou o que Paulo Freire (1983) denominou de paciência histórica. “Tenho medo de parecer muito otimista porque falo com muito entusiasmo do trabalho. Eu não estou, com isso, dizendo que ele é fácil, que se conseguiu muitas coisas, que os arroios estão limpos. O trabalho é lento, mas ele acontece. E eu vejo isso” (TÉCNICO 1).

Na monocultura produtivista, a comunidade é vista como improdutiva, pois não possui recursos financeiros ou materiais; as pessoas são tidas como apáticas, sem qualificação profissional nem organização para o trabalho. Múltiplas iniciativas econômicas foram incentivadas através das capacitações e do fomento a experiências e empreendimentos de economia solidária. O clube de trocas solidárias com moeda social, pioneiro no RS, tornou-se referência no Estado e no País para a implantação de outros clubes (atualmente, em torno de quinze). Outra iniciativa importante surgiu de um pequeno grupo de mulheres que discutia ações para educação ambiental, passou a organizar-se sob a forma de cooperativa e construiu o referido galpão de reciclagem (que oferece atualmente trabalho e renda para aproximadamente 30 famílias) com recursos conquistados através do Orçamento Participativo, o que não era algo simples. Destaca-se também a criação de cooperativas e de uma rede de empreendimentos solidários na comunidade. A ecologia da produtividade foi percebida através dessa diversificação de experiências produtivas protagonizadas pela base social que necessita prover suas condições básicas de existência material e simbólica com autonomia. Apesar de se reconhecer que a produção por si só não resolve o problema, sem ela não há emancipação e autossustentação em contextos de pobreza.

Na monocultura da escala dominante, os países ricos, as empresas e universidades se impõem sobre as comunidades, pois possuem recursos financeiros, conhecimento e poder. A comunidade evoluirá tanto quanto for sua capacidade de se adaptar aos critérios de consumo, estéticos e culturais dominantes. A ecologia das transescalas expressou-se através da possibilidade de se criar no local o que era impensável, sem significar uma experiência inferior porque localizada. A comunidade ainda hoje leva suas experiências a vários estados brasileiros através de cursos e palestras e a outros países através da participação em edições do Fórum Social Mundial e eventos afins. Além disso, de alguma forma - impossível de ser mensurada aqui – a experiência local contribuiu para a alteração de instrumentos e de conhecimentos utilizados pela GTZ em âmbito mundial, pois os técnicos alemães levaram consigo os saberes e as inúmeras adequações feitas pelos agentes técnicos e comunitários.

Considerando os dados apresentados, as principais experiências identificadas, à luz da sociologia das emergências, na comunidade pesquisada foram assim sintetizadas:

<p>Experiências de conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none">- desenvolvimento do Diagnóstico Rápido Urbano e Econômico Participativo (DRUEP), como resultado de processamentos anteriores do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), a partir de experiências em comunidades do RS;- agentes comunitários hoje estão capacitados na questão ambiental, cooperativismo, economia solidária e áreas correlatas, dando palestras em universidades, etc.;- gestores alemães levaram os conhecimentos das adaptações feitas aqui e os introduziram em seus aportes para outros países;- universidades privadas produzem pesquisas e conhecimentos a partir de novas sínteses entre saberes, implantam trabalhos, aprendem e ensinam.
<p>Experiências de democracia participativa</p> <ul style="list-style-type: none">- divisão e ampliação dos clubes de trocas solidárias com moeda social a partir de divergências decorrentes da gestão democrática, os quais conviviam de forma colaborativa na comunidade;- participação direta no orçamento participativo, nas reuniões e em todas as etapas do trabalho;- gestão do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário (comitê gestor local).
<p>Experiências de reconhecimento</p> <ul style="list-style-type: none">- “lixadeiras ou papeleiras” hoje vistas pela comunidade como trabalhadoras (recicladoras) e educadoras na área do meio ambiente;- fotos e registros de seus trabalhos levados a vários locais, servem como referência para implantação de trabalhos semelhantes;- lideranças representam interesses da comunidade em muitos fóruns, conselhos de direitos e de políticas e etc., espaços nos quais são respeitadas e consultadas.
<p>Experiências de comunicação global</p> <ul style="list-style-type: none">- espaço na mídia oficial com várias matérias em jornais e TV's e no Fórum Social Mundial.
<p>Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção</p> <ul style="list-style-type: none">- articulação das atividades do clube de trocas com moeda social e fora dele, bem como os conflitos para se ampliar as trocas com o mercado formal local;- cooperativas de produção que ingressam no abastecimento de cooperativa de consumo passam, coletivamente, a ampliar mercado;- início de estabelecimento de uma rede local de consumo e produção.

Figura 3 - Quadro analítico da sociologia das emergências, elaborado pela autora a partir de dados empíricos

O trabalho de tradução apareceu na pesquisa através de resultados concretos que expressaram a inteligibilidade e a articulação de saberes e de práticas; não foi possível captá-lo no processo, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada após o término do programa. Contudo, o componente emocional e político, para além do intelectual, é digno de destaque, pois esteve presente em muitas falas e, principalmente, “no brilho dos olhos” dos técnicos ao lembrarem da experiência. Entre os técnicos entrevistados, foi percebida uma carga afetiva e identidade política com o projeto que vai além do cumprimento de tarefas, mas expressa uma construção interpessoal e intersubjetiva. Quanto aos moradores entrevistados, por um lado, eles expressaram a admiração pelo PIRAD, afirmaram que foi a melhor metodologia que já conheceram em política pública e reconheceram a adequação do perfil dos técnicos e dos procedimentos com relação às expectativas e realidade da comunidade, bem como resultados considerados sustentáveis. Por outro lado, sentiram-se mais uma vez frustrados pelo término do programa na troca de governo, porque se envolveram, trabalharam, conquistaram e queriam continuar partícipes daquele projeto, cujas ações e sonhos foram interrompidos na mudança de gestão.

Considerações finais

Apesar de consensual em elaborações teóricas e legislações nacionais, a governação democrática aporta importantes desafios às tradicionais estruturas políticas e burocráticas dos governos, pois ela demanda políticas participativas que questionam relações instituídas de poder e de saber. O Estado é agente central na articulação de atores sociais e de ações em torno do bem comum, mas a mudança para um papel simultaneamente provedor e ativador do exercício de cidadania de populações historicamente excluídas e marginalizadas – visto não serem papéis necessariamente contraditórios – requer vontade política e novas competências.

A experiência pesquisada apresentou o desenvolvimento local como método capaz de ativar a participação da população, propiciando o cumprimento

de metas da política como meio, não como finalidade precípua. Ademais, demonstrou que avanços materiais são imprescindíveis, mas tendem a refluir em momentos de crise – ou não serem sustentáveis – quando não acompanhados de aquisições imateriais ligadas à educação, saúde etc., incluindo, neste caso, a valorização de saberes e o empoderamento da população. Isso implica maior reconhecimento da dimensão imaterial presente nas desigualdades e nas alternativas de sua superação.

Na análise de políticas e práticas sociais, a sociologia das ausências e das emergências demonstrou potencial para a compreensão do enfrentamento aos efeitos engendrados na relação colonialista entre Norte e Sul, para além daqueles advindos da desigual relação entre capital e trabalho. O exercício de identificar as monoculturas e desconstruí-las, bem como de perceber as ecologias possíveis e as experiências emancipatórias emergentes, oportunizou a identificação dos saberes e competências locais e dos esforços metodológicos, relacionais e políticos empreendidos por técnicos, gestores e população na busca de ruptura com modelos *top down* de programas e na criação conjunta de soluções. Tais saberes tenderiam a ficar invisibilizados caso se considerasse o tempo curto do programa, sua abrangência local e o protagonismo de sujeitos pouco qualificados à luz da classificação social dominante.

O estudo conclui que a análise à luz da sociologia das ausências e das emergências foi inspiradora, pois legou uma lente através da qual se consegue reler outras realidades e práticas, visto que tanto as opressões colonialistas quanto as emergências estão em toda a parte para serem identificadas e ressignificadas. Frente ao esgotamento da democracia representativa e da economia de mercado como garantidores de bem-estar social, a busca por novas formas de emancipação social na contemporaneidade segue sendo um tema caro às análises sociológicas, que podem encontrar um fértil terreno para renovadas reflexões em análises epistemológicas descolonizadoras.

Bibliografia

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

CATTANI, Antonio D.; FERRARINI, Adriane V. *Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza*. Revista Katálisis, Florianópolis, 13(2), p. 164-172, jul./dez. 2010

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. *Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

FERRARINI, Adriane V. *Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza*. Interações, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 233-241, jul./dez. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. Política & Sociedade, v. 10 n. 18, p. 133-154, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho; VERONESE, Marília. *Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social*. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2009

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

METROPLAN. *Relatório do PIRAD*, 2000.

RODRIGUES, Saulo Tarso. *O modelo de racionalidade ocidental (razão indolente) e os direitos humanos: uma crítica ao conceito hegemônico de cidadania a partir da sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos*. Revista de Educação Pública, v. 16, n. 31, p. 69-82, jun. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, Volume 1. São Paulo: Cortez, 2000.

_____(org.). *Globalização: fatalidade ou utopia*. Lisboa: Afrontamento, 2001.

_____(org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____(org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003.

_____(org.). Epistemologias do Sul. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008.

_____(org.). Epistemologies of the South and the future. From the European South, Padua, p. 17-29, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, ano 13, p. 86-124, set. 2011.

TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VERONESE, Marília. Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências. *Ciências Sociais Unisinos*, 41(2):89-99, mai. 2005.

Palavras-chave:

Teoria crítica;
sociologia das
ausências e das
emergências;
política pública;
participação.

Resumo: Processos participativos atuam em dimensões imateriais da desigualdade e da emancipação definidas pela imposição colonial do pensamento ocidental. A sociologia das ausências e das emergências visa garimpar e conferir legitimidade a saberes e práticas esquecidos ou invisibilizados na busca por alternativas emancipatórias latentes e descolonizadoras. O artigo apresenta o uso deste referencial teórico-epistemológico na análise de uma política participativa. Os resultados evidenciaram o desvelamento de facetas cognitivas, políticas e culturais no processo e no resultado, menos usuais em análises de políticas. A ruptura com a hierarquização de saberes, o reconhecimento dos sujeitos através da participação efetiva e a valorização do local foram identificados com maior clareza e se mostraram indissociáveis das aquisições materiais e da sustentabilidade preconizada pela política.

Keywords:

Critical theory,
sociology of
absence and
emergence, public
policy,
participation.

ABSTRACT: Participatory processes act on the immaterial dimensions of inequality and emancipation defined by the colonial imposition of Western thought. The sociology of absences and emergencies seeks to garner and confer legitimacy to forgotten or invisible knowledges and practices in the search for latent and decolonizing emancipatory alternatives. The article presents the use of this theoretical-epistemological reference in the analysis of a participatory policy. The results evidenced the unveiling of cognitive, political and cultural facets in the process and the result, less usual in policy analysis. The rupture with the hierarchy of knowledge, the recognition of the subjects through effective participation and the valorization of the local were identified with greater clarity and inseparable from the material acquisitions and the sustainability advocated by politics.

Recebido para publicação em junho/2015

Aceito para publicação em setembro/2017